

6ª Comissão Especializada Permanente

Educação Superior, Ciência e Tecnologia

Na sequência da Declaração de Bolonha de 1999, e da pretensão de criar o Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) como um espaço comum, social e cultural, Portugal, tal como outros congéneres europeus, reconheceu a Europa do Conhecimento como fundamental para o crescimento humano e social, para a consolidação da cidadania europeia, *capaz de fornecer aos seus cidadãos as necessárias competências para encarar os desafios do novo milénio*. (Declaração de Bolonha, 1999, p.1).

A aquisição de competências para que os cidadãos possam contribuir para o desenvolvimento das sociedades e para futuros desafios, promovendo a sua mobilidade e a sua empregabilidade, é uma preocupação presente na definição de estratégias e políticas que conduzam ao desenvolvimento da Educação Superior, bem como ao desenvolvimento tecnológico e científico.

A educação superior em Portugal tem vindo a ser capaz de atrair cada vez mais estudantes ao mesmo tempo que se tem vindo a internacionalizar e a melhorar a sua qualidade através de novos e inovadores processos quer ao nível organizacional, quer ao nível científico-pedagógico. No entanto, apesar dos avanços significativos dos últimos anos, ainda é notório um défice ao nível das qualificações de nível superior da população entre os 25 e os 34 anos. Nas faixas etárias antecedentes a esta, o défice é ainda muito maior, apesar de terem ainda um horizonte de vida ativa de várias décadas. São igualmente conhecidos os problemas a este nível nas faixas etárias seguintes. Neste sentido, o país continua a ter de desenvolver políticas públicas e programas que as materializem no sentido de aumentar o número de diplomados, reduzir o abandono e promover a igualdade de oportunidades e a equidade.

No relatório da OCDE, *Review of Higher Education, Research and Innovation: Portugal (2019)*, que procura compreender os elementos-chave, as relações e as dinâmicas que orientam a educação superior no nosso país, é referida a necessidade de se desenvolver uma Estratégia Nacional para o Conhecimento e Inovação com orientações claras para o futuro, nomeadamente no que se refere ao financiamento da investigação e à inovação das organizações responsáveis (e.g. Ministério, A3ES, FCT).

Neste sentido, esta comissão especializada permanente (CEP) centra-se nos principais desafios da educação superior e terá em conta o desenvolvimento e acompanhamento das políticas públicas em domínios tais como a Estrutura (e.g., avaliação e revisão do RJES, sistema binário e diversidade institucional, rede de instituições e território); os Públicos (e.g., sistemas de acesso, distribuição das vagas pelo território, questões relacionadas com a progressão académica dos alunos e com a educação superior ao longo da vida); a Qualidade da Formação (e.g., questões de inovação pedagógica, utilização das tecnologias digitais, avaliação e acreditação dos cursos); e Investigação e Desenvolvimento Científico (e.g., parcerias e criação de redes, relações com a sociedade, questões da investigação e desenvolvimento).